

Ata
Reunião Ordinária da Câmara Municipal
do Corvo realizada no dia 18 de
fevereiro de 2026

-----Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e seis, nesta Vila do Corvo, no Edifício dos Paços do Concelho e no Salão Nobre da Câmara Municipal, reuniram ordinariamente, o Executivo Camarário, com a presença do Senhor Presidente Marco Paulo Alves da Silva, do Senhor Vice-Presidente Óscar Manuel Valentim da Rocha, da Senhora Vereadora Ângela Marie Valadão, do Senhor Vereador Paulo Jorge de Azevedo Faim Margato e da Senhora Vereadora Patrícia Manuela Mendes Emílio. -----

I

-----Às dezasseis horas, o Sr. Presidente deu início aos trabalhos. Lida a ata da reunião de 22 de janeiro de 2026, foi a mesma aprovada com os votos a favor do Senhor Presidente Marco Paulo Alves da Silva, do Senhor Vice-Presidente Óscar Manuel Valentim da Rocha, da Senhora Vereadora Ângela Marie Valadão. -----

-----Os Senhores Vereadores Paulo Jorge de Azevedo Faim Margato e a Senhora Vereadora Patrícia Manuela Mendes Emílio, assinaram a referida ata, mas votaram contra por não concordarem com o ponto II da mesma. ---

II

1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO
DE 2026

-----A Câmara Municipal por votação nominal deliberou com votos a favor do Senhor Presidente Marco Paulo Alves da Silva, do Senhor Vice-Presidente Óscar Manuel Valentim da Rocha, da Senhora Vereadora Ângela Marie Valadão, com votos contra dos Senhores Vereadores Paulo Jorge de Azevedo Faim Margato e a Senhora Vereadora Patrícia Manuela Mendes Emílio, aprovar a 1.ª Revisão ao orçamento de 2026 que importa num aumento global do orçamento em € 759 922,04 (Setecentos e cinquenta e nove mil, novecentos e vinte e dois euros e quatro centimos) e a 1.ª Revisão às GOP's de 2026 que importa numa movimentação de verbas no valor de € 542 322,04 (Quinhentos e quarenta e dois mil, trezentos e vinte e dois euros e quatro centimos). -----

-----Os presentes documentos serão remetidos à Assembleia Municipal para respetiva aprovação. -----

-----Pelos Senhores Vereadores Paulo Margato e Patrícia Emílio, foi apresentada a declaração de voto que fica arquivada na pasta anexa ao livro de atas como Anexo I e fazendo parte integrante da presente ata.-----

-----Pelos Senhores Vereadores Paulo Margato e Patrícia Emílio foi apresentada uma declaração de voto manuscrita, que se transcreve: -----

----- Os Vereadores Patricia Emilio e Paulo Margato votam contra a GOP 2026, não obstante as inúmeras incongruências já apontadas no documento que se juntou á ata, tratando-se de matéria financeira perante um documento sem suporte justificativo e questões de âmbito legal a ser analisado pedimos a fiscalização dos organismos competentes externos ao documento e aos restantes (1.^a GOP de 2026), no âmbito do nosso dever de Vereação ao abrigo dos Decretos-Lei vigentes como Vereadores da Câmara Municipal do Corvo.

----- A presente deliberação foi, nos termos legais, aprovada em minuta, por unanimidade, para vigorar e produzir efeitos imediatos. -----

III

-----Nada mais havendo a tratar, às dezassete horas, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Vereadores que o desejarem fazer e por mim, Ana Maria André Jorge, Secretária desta reunião. -----

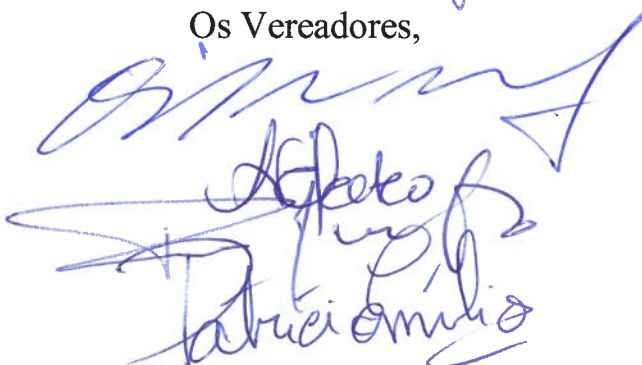
O Presidente da Câmara Municipal,



A Secretária,



Os Vereadores,



Declaração de Voto

Proposta de 1.ª Revisão ao Orçamento e às GOP 2026

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

A oposição está disponível para analisar e votar revisões orçamentais quando estas são claras, completas e tecnicamente rigorosas.

Contudo, o documento submetido apresenta erros formais, omissões e incoerências graves que carecem de ser corrigidos.

Assim, os vereadores da oposição votam contra a proposta de 1.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2026, com base nos fundamentos que a seguir se expõem.

- Existência de erros graves e incongruências

A documentação contém erros materiais:

- Os valores por extenso incorretamente escritos
- Na folha de encerramento das GOP, o texto refere "Revisão às Grandes Opções do Plano de 2025", quando toda a documentação se refere a 2026.

- Incoerências nos valores e movimentos orçamentais

As GOP apresentam movimentos de reforço e anulação contraditórios e sem justificação. O quadro de totais inclui:

- Um reforço anunciado de € 542 322,04
- Uma anulação de € 738 019,00

Não existe qualquer nota justificativa que permita compreender a lógica destas movimentações, contrariando práticas de transparência e rigor orçamental.

Existem ainda rubricas com reforços significativos sem explicação técnica, como:

- "Outros serviços" (+45 000 €)
- "Outros trabalhos especializados" (+50 000 €)
- "Peças – Oficina/Carpintaria" (+40 000 €)

Tal ausência impede uma avaliação séria sobre a pertinência das alterações.

- Falta de fundamentação da receita e das dotações

O aumento global do orçamento em € 759 922,04 resulta quase totalmente do saldo da gerência anterior (758 422,04 €), sem que tenha sido anexado qualquer relatório de execução orçamental de 2025 que o justifique.

Também as reposições não abatidas (1 500 €) não têm explicação quanto à sua origem ou natureza.

- Inconsistências temporais e ausência de enquadramento plurianual

Diversos projetos apresentam janelas temporais incoerentes, tais como:

- "CMC 01/25 12/29"
- "CMC 01/24 12/27"

Sem nota técnica que enquadre estas datas, não é possível avaliar se os montantes atribuídos correspondem a compromissos existentes, a novas fases ou a meras estimativas. Datas de âmbito 2025–2029 no orçamento 2026 devem ser validadas.

- Compromisso com o rigor e transparência

A oposição reafirma que não está contra revisões orçamentais enquanto instrumento normal de gestão pública.

No entanto, entende que documentos desta natureza devem ser:

- completos
- rigorosos
- devidamente fundamentados
- e tecnicamente verificados antes de serem submetidos à aprovação.

A versão apresentada contém erros que não podem ser ignorados nem validados.

- Falta referência ao equilíbrio orçamental

Nenhuma menção a:

- manutenção do equilíbrio
- cobertura financeira

- Falta fundamentação

Não existe explicação:

- porquê revisão

- que alterações materiais ocorrem

- Desalinhamento entre GOP e valores apresentados

Exemplo:

Os totais das GOP indicam:

- Dotação Atual: 1 136 900,00
- Dotação Corrigida: 2 429 303,04
- Modificações: 542 322,04 e -738 019,00 (valores contraditórios)
- Os números não batem certo
- Movimentações negativas não explicadas

- Rubricas com reforço e anulação simultâneos

Algumas rubricas mostram:

- Aumento de valores
- E anulação dentro do mesmo item

Sem explicação.

- Erros na revisão ao orçamento da despesa

Exemplo (Página 13):

- DOT. Atual: 4 454 656,00
- Reforço: 780 522,04
- Anulação: 20 600,00

Mas o resumo final não incorpora corretamente estas anulações.

- Categorias com reforços sem objeto justificativo

Exemplos:

- "Artigos honoríficos" reforçados em 600 €.
- "Outro material - Peças": +44 000 €.
- "Outros serviços": +45 000 €.

Nada explica a natureza destas despesas.

- Totais com vírgulas fora do padrão

Exemplo: (Página 12)

"Totais: 0,00; 759 922,04 0,00, 0,00 759 922,04"

A forma está tecnicamente incorreta.

- Falta de indicação de rubricas que dão origem ao reforço

Só surgem:

- Saldo da gerência anterior — 758 422,04
- Reposições não abatidas — 1 500,00

Não há nota explicativa.

Este tipo de revisão carece de nota justificativa obrigatória.

E, especificamente,

A. Quanto à Fundamentação das GOP:

- Totais e movimentos contraditórios

A tabela de "Totais da modificação às GOP" apresenta reforços e anulações que não se explicam (ex.: +542 322,04 e -738 019,00).

Sem nota justificativa que demonstre a coerência destes movimentos.

- Datas de projetos e janelas temporais

Há projetos com códigos "CMC 01/25 12/29" num documento de 2026.

Sem explicar qual plano plurianual sustenta estas janelas; E, se existem contratos/decisões que justificam cada rubrica.

- Reforços relevantes sem explicação funcional:

"Outros serviços" (+45 000 €), "Outros trabalhos especializados" (+50 000 €) e "Peças - Oficina/Carpintaria" (+40 000 €) carecem de memória descritiva.

Sem indicar a finalidade concreta e resultado esperado de cada reforço.

- Rubricas 'Outros' e agregados:

Em "07010413 - Outros" há movimentos de reforço e anulação.

Sem indicar qual o conteúdo material desta rubrica e por que não é desagregada para transparência.

- Alterações em Cultura e Desporto:

O "Festival dos Moinhos 2026" tem lançamentos atípicos e datas incoerentes (projeto 2023 com reforço em 2026).

Sem o cronograma e a fonte de financiamento detalhada.

- Energias e eficiência:

Em "Eficiência Energética", há reforços a "Obras de Reabilitação", "Equipamentos Eficientes", "Painéis Fotovoltaicos – ETA" e "Interreg MAC Light".

Sem apresentar o mapa de projetos com metas, indicadores e cofinanciamentos.

B. Orçamento da Receita - origem dos fundos:

- Dependência do saldo de gerência:

O aumento global (€ 759 922,04) assenta quase todo em saldo da gerência anterior (€ 758 422,04).

Sem demonstração de cabimento e relatório da execução 2025 que justifique este saldo.

- Reposições não abatidas (1 500 €):

Não indica a natureza destas reposições e a sua origem temporal; Nem apresentam os documentos de suporte

- Ausência de nota justificativa:

Sem Nota Explicativa da Revisão à Receita (razoabilidade, impactos, riscos), exigida por boas práticas de contabilidade pública.

C. Orçamento da Despesa - alocação e sustentabilidade:

- Pessoal (+38 000 €):

Não indicam em que medidas concretas se traduz o reforço (novas admissões, progressões, reposicionamentos); Não apresentam mapa de impacte plurianual (2026–2029).

- Artigos honoríficos e decoração (+600 €):

Qual o critério para reforçar esta rubrica num contexto de outras necessidades prioritárias?

- Habituação (Reparação e Beneficiação +157 000 €):

Quais os imóveis alvo, prazos, fonte de cofinanciamento e critérios de seleção?

 
- Infraestruturas energéticas (Iluminação pública +1 000 €; Infraestrutura energia elétrica +21 000 €):

Não há indicação de quais os projetos específicos a serem executados e em que espaços do concelho.

- Bens de domínio público – Viação rural (+3 722,04) e arruamentos (+46 200 €):

Sem associar a lista de troços/obras, com mapas e medições.

- Transferências correntes e de capital a IPSS/Entidades religiosas (+101 000 €):

Sem dar a conhecer os protocolos, os objetivos mensuráveis e os critérios de afetação.

D. Execução, cronogramas e controlo

- Execução material 2026:

Não apresentam o plano de execução mensal/trimestral por projeto após a revisão.

- Compatibilização GOP / Orçamento:

Não apresentam justificação de como garantem que cada alteração nas GOP está refletida na classificação económica do orçamento (receita/despesa) sem desvios.

- Risco de derrapagens:

Não identificam os mecanismos de controlo interno e limiares de alerta para variações de preço/empreitadas; Nem referem se existe fundo de contingência previsto.

D. Transparência e documentação de suporte

- Memórias descritivas e relatórios:

Não apresentam as memórias descritivas de cada reforço/anulação relevante e o relatório de impacto desta revisão na sustentabilidade 2026–2029.

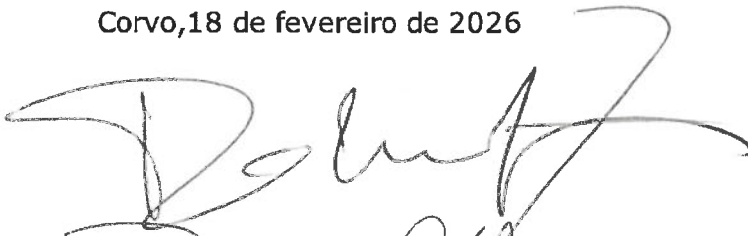
- Publicitação e acesso:

Indicação se será publicitada a revisão e quando ficará acessível a tabela consolidada final.

Por todo o acima exposto:

Face às incongruências, omissões e erros identificados na documentação apresentada — que comprometem a transparência, a consistência técnica e o rigor financeiro exigíveis — os Vereadores da Oposição, abaixo-assinados, votam contra a proposta de 1.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2026.

Corvo, 18 de fevereiro de 2026


Patrício Brúlio
